

Sem verbas, Governo adota austeridade

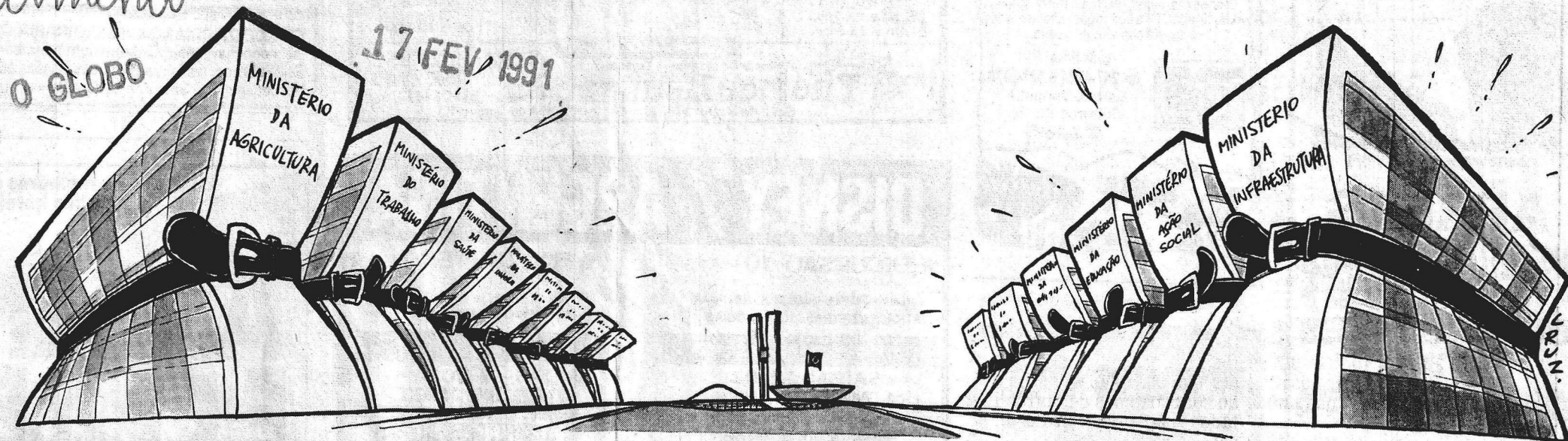
CRISTIANA LOBO

BRASÍLIA — No dia em que precisar renovar o estoque de copos de plástico para abastecer a copa de seu gabinete, a Ministra da Ação Social, Margarida Procópio, terá de enviar ofício ao Ministério da Economia, solicitando a liberação de verbas para a despesa. Isso, se houver papel disponível para datilografar o pedido e gasolina no tanque do carro que serve ao Ministério, a não ser que mande um contínuo atravessar a pé a Esplanada dos Ministérios.

Essa é uma das consequências do decreto presidencial que torna indisponíveis 90% das verbas orçamentárias para custeio. Qualquer despesa, para programas importantes ou simples compras de copos de plástico para os órgãos do Governo, tem de ser previamente autorizada pela equipe econômica.

O bloqueio do orçamento é um recurso muito utilizado por comandantes da economia, como forma de controlar as despesas. O Deputado José Serra (PSDB-SP) fez o mesmo quando foi Secretário da Fazenda do Governo Montoro e, segundo afirma, dá bons resultados e um poder político muito forte ao dono da chave do cofre. No caso atual, a chave ficou com a Ministra Zélia Cardoso de Mello.

Como é do estilo da equipe econômica, a decisão foi a mais abrangente possível: bloqueio de 95% das verbas para investimento e 90% das verbas para custeio. Este mês, ninguém mais



tem dinheiro em caixa e não há permissão para empenho — assumir o compromisso de gastos — exceto no caso dos ministérios militares, em função da característica de suas atividades.

A Comissão de Orçamento do Congresso, que aprovou o Orçamento da União para o exercício de 1991, teve muita responsabilidade nessa decisão da área econômica. A proposta do Governo, foram acrescentadas despesas de Cr\$ 4 trilhões — um aumento de 15% em relação à que foi enviada pelo Congresso. Amarrados a esses recursos, deputados e senadores aprovaram emendas garantindo recursos para suas bases eleitorais. São pontes, estradas, barragens, uma infinidade de pequenas obras que dão bons resultados eleitorais. Para se ter uma idéia da importância das pequenas obras para os polí-

ticos, foram apresentadas 13 mil emendas à Comissão de Orçamento. Evidentemente, milhares foram rejeitadas pelo relator — o Deputado João Alves (PMDB-BA), o parlamentar mais cortejado no final da legislatura passada.

Para cobrir essas despesas de Cr\$ 4 trilhões, o Congresso superestimou a receita do Governo, segundo o Diretor do Departamento do Tesouro, Cláudio Forghiere. Ele disse que o Congresso estimou inflação mensal média de 11% este ano — na avaliação dos técnicos do Governo, bem acima da expectativa atual, exatamente no momento em que o Governo edita novo plano, com congelamento de preços.

Além disso, o Governo está consciente do grau de recessão que o País enfrenta e enfrentará

— o que reduz ainda mais a expectativa de arrecadação. Daí a decisão de bloquear o orçamento. Segundo Forghiere, o Governo só assumirá a despesa quando tiver certeza de que já existem recursos para isso.

— O requisito é técnico e não político — garante Forghiere, que também enfrenta pressões políticas, pois volta e meia um parlamentar pergunta sobre a disponibilidade de recursos para obras de seu interesse.

O interesse do Governo é não permitir que os Ministérios parem de funcionar por falta de recursos para custeio. Por isso, está prevista a liberação progressiva de recursos a cada dois meses. Mas, quem não economizar, será punido e receberá na próxima quota um volume menor de recursos.

Segundo Forghiere, o interesse

do Governo é cumprir o orçamento aprovado pelo Congresso desde que haja recursos.

— Em nenhum momento fazemos juízo de valor sobre a necessidade da obra. Se está no orçamento, nosso interesse é que seja executada — disse o Diretor do Departamento do Tesouro.

Porém, no Congresso a reação foi imediata. Na primeira sessão, o Deputado Prisco Viana (PMDB-BA) protestou da tribuna contra o decreto que bloqueara o orçamento.

— É um desrespeito ao Congresso que aprovou o orçamento. Além disso, as experiências anteriores de planos econômicos indicam um controle político do Congresso e o Governo pode favorecer a corrupção, porque abre campo para a intermediação — disse Prisco Viana.

Sua queixa é procedente. Afinal, cada despesa, mesmo que prevista no orçamento, tem de ser autorizada pela área econômica. Para muitos parlamentares, é um instrumento político muito forte e o Governo pode utilizá-lo para amarrar sua bancada no Congresso.

Como líder da bancada governista, o Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) desde já se prepara para os problemas que terá de enfrentar. E sabe que terá de funcionar como um canal das queixas dos deputados à equipe econômica.

— A medida, do ponto de vista financeiro, é boa porque sinaliza para os agentes econômicos que vai haver redução de gastos. Mas, do ponto de vista político é péssimo. Chateia muito os deputados — admitiu Fiúza.